



ENTRE LEGITIMAÇÃO E ATAQUES POLÍTICOS: circulação de sentidos sobre desinformação entre lideranças políticas relacionada ao Covid-19 no Facebook¹

BETWEEN LEGITIMATION AND POLITICAL ATTACKS: meaning circulation about disinformation among political leaders related to Covid-19 on Facebook

Thaiane Oliveira²
Rodrigo Quinan³
Reynaldo Aragon⁴

Resumo: O sentido sobre o que é desinformação e de fake news têm sido disputado na esfera pública digital, sobretudo por atores políticos, que utilizam o termo como estratégia retórica para caber em seus argumentos. O interesse desta pesquisa é entender quais os sentidos que têm sido disputados sobre os dois termos, tendo como foco o Facebook. Através de análise de conteúdo e análise do discurso, foram analisados 275 posts de atores políticos que utilizam os termos fake news ou desinformação. Observamos que três sentidos atravessam todos os espectros políticos: 1) utilização como estratégia retórica para atacar opositores políticos; 2) Utilização do termo atrelado ao apelo à regulação e 3) a defesa de que transparência e accountability são caminhos para enfrentar a desinformação. Observamos também que o espectro à direita utiliza os termos como estratégia retórica de contestação epistêmica, o centro recorre à autoridade e credibilidade científica e à esquerda tende a acionar discursos de fortalecimento institucional da área de justiça e segurança.

Palavras-Chave: Desinformação científica. Fake News. Espectros políticos. Facebook. Análise de Conteúdo.

Abstract: The meaning of what is disinformation and fake news has been disputed in the digital public sphere, especially by political actors, who use the term as a rhetorical strategy to fit their arguments. The interest of this research is to understand the meanings that have been disputed about the two terms, focusing on Facebook. Through content analysis and discourse analysis, 275 posts from political actors using the terms fake news or disinformation were analyzed. We observed that three senses cross all political spectrum: 1) use as a rhetorical strategy to attack political opponents; 2) Use of the term linked to the call for regulation and 3) the

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 7. Fenômenos e Práticas da Política Online da 9ª Edição do Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (9ª COMPOLÍTICA), realizado em formato remoto, de 24 a 28 de maio de 2021.

² Universidade Federal Fluminense, doutora em Comunicação. E-mail: thaianeoliveira@id.uff.br

³ Universidade Federal Fluminense, doutorando em Comunicação. E-mail: rodrigoquinan@id.uff.br

⁴ Universidade Federal Fluminense, doutorando em Comunicação. E-mail: reynaldogoncalve@id.uff.br

defense that transparency and accountability are ways to face disinformation. We also observed that the spectrum on the right uses the terms as a strategic rhetoric of epistemic contestation, the center draws on scientific authority and credibility and on the left it tends to trigger speeches of institutional strengthening in the field of justice and security.

Keywords: *Scientific misinformation. Fake News. Political spectrum. Facebook. Content analysis.*

1. Introdução

A desinformação relacionada à ciência tem sido uma das grandes preocupações mundiais, como apontou a Organização Mundial de Saúde (2020) quando anunciou que estávamos atravessando uma superabundância informacional, e que incide sobre a confiança dos sujeitos sobre quais informações devem confiar. Instituições científicas, lideranças políticas, organizações governamentais e uma série de atores, disputam o espaço digital não apenas na disseminação de narrativas sobre ciência, mas também sobre o próprio sentido do que é desinformação e fake news. Sem uma definição clara do que é desinformação, sendo apresentado muitas vezes a partir de uma noção ultrapassada de ordem sobre os processos comunicacionais (Bennet, Livingstone, 2018) ou compreendida a partir da intencionalidade dos sujeitos (Wardle, Derakhshan, 2017), o sentido do termo tem sido disputado na esfera digital, no qual a desinformação ganha contornos de estratégia política de legitimação de si como autoridade epistêmica e deslegitimação do outro, geralmentepositor na arena discursiva. Entender como os sujeitos disputam os sentidos sobre a desinformação é fundamental para compreender como o termo tem sido acionado como estratégia política de legitimação epistêmica e ataques políticos. Assim, esta pesquisa busca entender: quem são os atores que disputam o espaço pela construção de sentido sobre a desinformação e sobre fake news? Dentre lideranças e figuras políticas, quais estratégias retóricas e construções argumentativas sobre o que é desinformação são feitas a partir destes atores? Há diferença sobre a forma como diferentes espectros

políticos constroem os argumentos sobre o que consideram desinformação e fake news?

Para responder a este conjunto de questões, esta pesquisa utilizou Análise de Conteúdo e Análise Crítica do Discurso, a partir de um conjunto de dados coletados através da ferramenta CrowTangle do Facebook, utilizando os descritores (fake news OR desinformação) AND (coronavirus, Covid, Covid-19, SarsCov-2) entre 11/03 a 27/09 de 2020. Após a classificação manual do conjunto de atores de uma amostra total organizada pela relevância, reservamos uma amostra segmentada sobre atores políticos. Para a análise, buscando identificar fontes acionadas, temas, conjuntos discursos, construções retóricas e argumentativas na qual é possível identificar como os atores mobilizam e instrumentalizam o sentido de desinformação para se legitimar como atores epistêmicos e deslegitimar quem consideram seus opositores na arena discursiva.

2. O sentido da desinformação como campo de disputa

Temas como pós-verdade e fake news tem se tornado debate público na mídia e na própria academia com tópicos como negacionismo do aquecimento global (Lubchenco, 2017) e da vacinação (Gostin, 2014), a pandemia acelerando ainda mais a urgência do debate. A literatura científica se dedica em identificar e definir desinformação, com parte do debate dedicado a identificar sua intencionalidade (Fallis, 2015). Wardle & Darkshan (2017) propuseram um conjunto de três definições, em inglês: *mis-information* (conteúdo enganoso), *disinformation* (conteúdo manipulado/fabricado) e *mal-information* (conteúdo calunioso, com discurso de ódio), linhas cinzentas entre os três existindo.

Apesar dos esforços válidos, entretanto, é problemático provar a intencionalidade de enganar, sobretudo em uma sociedade baseada em uma tradição inquisitorial (Kant de Lima, 1995) e em um contexto de crise institucional e política, podendo colocar em risco a própria democracia uma vez que o poder de tal acusação tão ambígua abre perigosas possibilidades para perseguições políticas.

Neste processo de buscar pistas e rastros para identificar atores que disseminam desinformação, temos observado com frequência na literatura científica

(Wardle & Darkshan, 2017; MARANHÃO, COELHO & DIAS, 2018; MUIRHEAD & ROSENBLUM; 2019) a acusação de agentes externos como responsáveis pela ruptura informacional, perdendo de vista a problemática das responsabilidades das próprias instituições e as disputas de sentido implicadas no processo de circulação de desinformação. No campo da psicologia, Rietjens (2019) trás o conceito de *deception* (“engano”), discutindo que as nuances do conceito de desinformação funcionariam pelo acréscimo de dois conceitos: dissimulação (reter parte da realidade do alvo) e simulação (propor uma falsa realidade). Ele afirma que a combinação dos fatores, embalando as concepções falsas sobre uma realidade familiar, seria essencial na persuasão da desinformação. Outros estudos apontam a desinformação tendo a fonte como matriz analítica, refletora de forças externas, estrangeiras, anti-democráticas ou anti-institucionais (Jamieson, 2018; Boyd-Barrett, 2019), interessadas em deslegitimar as instituições atacadas. Por outro lado, estudos têm apontado para uma crescente desconfiança dos cidadãos nas instituições produtoras de versões oficiais, abrindo o público a fontes alternativas da informação (BENNETT & LIVINGSTON, 2018) em um momento de crise epistemológica (Moisés, 2005; Van de Walle, Six, 2014; Dahlgren, 2018; Albuquerque, Quinan, 2019; Oliveira, et al, 2020; Oliveira, 2020).

Outro fenômeno relacionado, o das teorias da conspiração, também tem obtido recente atenção acadêmica após algumas décadas de negligência ao assunto, sobretudo no campo da comunicação - e da comunicação política - , cujo enfoque volta-se principalmente para o papel que as instituições epistêmicas (a mídia como disseminadora de informações e produtor de sentidos) e as instituições políticas tradicionais (como partidos políticos, representantes políticos e a sociedade civil organizada) desempenham em relação à ordem política e social. Outrora analisadas como atos irracionais indignos de atenção (Barkun, 2003), teorias da conspiração constituem poderosa narrativa antissistema que partem de um distanciamento às instituições familiar aos indivíduos da modernidade, mas agressivamente moldados em um discurso populista (BERGMANN, 2018), identificando elites malignas e bodes expiatórios que convenientemente são inimigos

políticos dos teóricos. Por exemplo, teorias da conspiração afirmando que vacinas do Covid-19 “serão usadas para implantar microchips nas pessoas” ou mesmo “matarão milhões de pessoas” (Ball, 2020), são flexíveis e podem tanto incluir no seu antagonismo o ódio populista a indivíduos como Bill Gates até ecoar discursos xenofóbicos ao acusar a China de causar a pandemia. Teorias podem tanto estereotipar chineses, atribuindo a um imaginário xenofóbico grotesco ao acusa-los de consumo inadequado de animais, quanto acusar uma intencionalidade do país ao criar o Covid-19 como uma arma química (STEPHENS, 2020; SCHILD, et al; 2020), em algumas até mesmo usando a rede de comunicação 5G (AHMED, et al; 2020) . A crença nelas não é uma monocultura, com crentes em teorias da conspiração potencialmente acreditando até mesmo em teorias contraditórias ao mesmo tempo (MILLER, 2020). O teor sinofóbico de teorias da conspiração durante a pandemia é relacionado a um crescente aumento de violência física contra asiáticos pelo mundo⁵; crentes podem chegar até mesmo a derrubar torres 5G⁶.

Com o grande distúrbio causado pela pandemia, instituições jornalísticas colocaram urgência em um crescente discurso que busca reclamar para si a autoridade sobre a verdade. Sempre sob argumento de que jornalistas estariam cumprido dever cívico (legitimado e superior a de agentes independentes), veículos de mídia têm divulgado editoriais defendendo sua função como linha de frente contra a desinformação. Buscando se proclamar como bastião da verdade, o jornalismo reforça a crença de que existe um ordenamento do oficial sobre o alternativo, ignorando as complexidades que levaram à fragmentação do consumo midiático no mundo digital (Oliveira et al, 2020).

Por fim, a ciência tem sido analisada como campo de disputa política sobre o real Thaiane Oliveira (2020), com agentes políticos utilizando a construção de legitimidade científica como parte de agendas partidárias. A disputa internacional sobre a eficácia da hidroxicloroquina no tratamento do Covid-19 é um exemplo

⁵

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/17/estados-unidos-registram-milhares-de-ataques-a-asiaticos-durante-pandemia.ghtml>

⁶

<https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2020/04/04/torres-5g-sao-incendiadas-no-reino-unido-por-conspiracao-com-coronavirus.htm>

notável. Conforme demonstraram Ronaldo Araújo e Thaianne Oliveira (2020), a disputa informacional em redes sociais digitais sobre hidroxiquina tem sido protagonizada mais por aspectos políticos do que de saúde, em um processo de politização da ciência centrado em algumas figuras públicas, sobretudo políticos. A circulação de informações sobre o medicamento se desdobrou para além de um espectro pautado na intencionalidade. Não se tratavam de informações que tinham a intencionalidade de enganar, mas disputas de sentido complexas na circulação da informação no ambiente digital. Os sentidos variavam entre ataques e apoios a agentes políticos, pressão política para a adoção da medicação no sistema público de saúde, manifestações de descrenças sobre as instituições epistêmicas (sobretudo a mídia e a ciência) e teorias da conspiração, além da apropriação sobre figuras e instituições, jargões e produtos da ciência, como uma forma de reafirmação do viés de crença do usuário seja ela contra ou a favor do uso da cloroquina. Os autores apontam que valores da própria cultura científica, como autoridade e reconhecimento, vão ganhando novas camadas informacionais neste processo de disputa política, em um momento no qual as instituições epistêmicas estão em declínio de confiança junto à população.

Diante deste complexo fenômeno de disputas sobre a informação científica e partindo do pressuposto de que a circulação envolve também uma disputa de sentido sobre o conceito de desinformação e de fake news, nesta pesquisa, procuramos a seguir encontrar dados que nos ajudem a desvendar as motivações políticas em torno da legitimidade informacional, ao colher informações de posicionamentos sobre desinformação levando em consideração agentes partidários em diversos âmbitos do espectro político.

3. Metodologia

A plataforma do Facebook foi escolhida por seu destaque entre as redes sociais por contar com um número elevado de usuários, dos mais diversos aspectos culturais, que se enquadram dentro das organizações dos grupos ideológicos escolhidos para análises Richards (2018). Em termos de método, isso nos permite colher quantidade suficiente de dados para compará-los de forma mais efetiva

(Genng et al., 2020). A escolha dos descritores (fake news OR desinformação) AND (coronavirus, Covid, Covid-19, Sars Cov-2, foram decididos de forma a atender ao método, baseado nas relações sobre ciência e as redes de desinformação presentes no Facebook, em meio a crise da pandemia do Coronavírus. A análise de conteúdo foi categorizada da seguinte forma: fontes acionadas, formatos de publicação, formato textual, estratégias discursivas e construção retórica. Para tanto, foi utilizada técnicas de análise de conteúdo combinada à análise de discurso para alcançar os objetivos propostos neste trabalho.

Segundo Neuendorf e Kumar (2015), a análise de conteúdo é talvez o método mais amplamente utilizado no campo acadêmico da comunicação política, sendo utilizada com frequência combinada a com outros métodos, como pesquisas, grupos focais, etnografia e análise do discurso, por exemplo. Desde a década de 1950, quando Bernard Berelson introduziu a abordagem empírica para o estudo sistemático de conteúdo, a metodologia vem crescendo em diferentes áreas do conhecimento (Sampaio, Lycarião, 2017; Sampaio et al. 2021). Pode ser entendida como a análise sistemática e objetiva das características da mensagem, que assume um caráter misto de pesquisa quantitativa e qualitativa (Krippendorff, 2004; Bauer, 2007). Portanto, para sua sistematização, assume uma série de procedimentos para sua validação, que vão desde a codificação manual duplo-cego a validação a partir de análise de texto auxiliada por computador (Neuendorf, Kumar, 2015). Apesar de amplamente utilizada, alguns autores têm apontado para suas limitações (Hopf, 2004). Uma dessas limitações, entre possíveis anomalias e ausências, ressalta-se a importância do uso combinado de Análise de Conteúdo com Análise de Discurso para identificação não apenas de padrões textuais, mas de elementos de poder. Reconhecendo que o uso do discurso reproduz essas configurações predominantes de poder, entende-se que os discursos residem em sistemas sociais abertos (Ricoeur 1984). Trazer a dimensão da Análise do Discurso, sobretudo em sua vertente crítica, permite entender as dimensões retóricas e contextuais dos textos, identificação de tipos sociais, tendência variável omitida, e heterogeneidade da unidade. Portanto, a Análise do Discurso permite ao

pesquisador compreender a conduta diária em que cada um de nós se compromete a fazer nosso caminho no mundo social. (Berger e Luckmann 1966; Bourdieu 1990; Geertz 1973). Em outras palavras, a AD geralmente assume pelo menos a autonomia parcial da linguagem, de forma que os próprios atores sejam, em parte, constituídos pelas práticas cotidianas das quais participam. (Doty, 1983). Para este trabalho, adotamos a Análise Crítica do Discurso, de abordagem interdisciplinar (Huckin, Andrus, Clary-Lemon, 2012), que permite analisar as opacidades e transparências nas retóricas expressas constituídas e legitimadas através da expressão.

A abordagem pautada sobre manifestações infodêmicas, observadas em meio a um ambiente virtual como a de redes sociais, se caracteriza pelo princípio de exploração das estruturas que sustentam os discursos em torno da desinformação sobre a covid-19. A partir da extração de dados com a ferramenta CrowdTangle, foram coletados 14.008 posts delimitados pelos descritores (fake news OR desinformação) AND (coronavirus, Covid, Covid-19, Sars Cov-2) entre os dias 11/03 a 27/09 de 2020. Levando em consideração que o desdobramento desta pesquisa será rodar os códigos fontes numa amostragem mais ampla, utilizando Processamento Natural de Linguagem (PLN), foi selecionada uma amostragem representativa de ~8% do corpus para esse trabalho, selecionando, 1050 entradas para a classificação de conteúdo e discurso. Após a coleta, os dados foram categorizados pela identificação de atores. Foi feita uma classificação manual a partir deste conjunto obtido, dentre os quais identificamos agências de canais de mídia, políticos, páginas de apoio ou de movimentos políticos, páginas de perfis do governo municipais, estaduais e federais, agências de checagem de fatos e instituições científicas, entre outros. Foram identificados 300 atores políticos. Foram excluídas 25 entradas, por terem conteúdos indisponíveis ou apagados pelos próprios usuários. Para alcançar princípios de validade, replicabilidade e confiabilidade (Sampaio, Lycarião, 2017), utilizamos uma planilha de excel matriz com os dados coletados. Após discussão entre os codificadores sobre cada uma das variáveis e parâmetros de classificação, foi realizada uma categorização duplo-cega.

Não foi utilizado nenhum software de análise de conteúdo, análise textual ou análise qualitativa, valendo-se de codificação manual neste trabalho. O terceiro membro da equipe atuou como validador dos resultados discrepantes. Após a etapa de apresentação dos resultados discrepantes, os três codificadores conversaram e chegaram a um consenso sobre a classificação.

4. Resultados:

Foi realizada uma subcategorização desses dados seguindo os grupos de atores pré definidos como: Extrema-direita (PSC, PSL, Patriota - n=46), Direita (Republicanos, PTB, PRTB, DEM, NOVO, PROS, PP, Republicanos - n=37), Centro-direita (PODEMOS, PSD, PL, PSDB, Solidariedade n=56), Centro (Rede. Cidadania - n=08), Centro-esquerda (PT, PDT, PSB - n=97), Esquerda (PSOL, PCdoB - n=31) (Power, Zucco, 2021). Para esta classificação de espectros políticos dos atores, foram acionados dois colaboradores externos da área de Comunicação Política para a validação da classificação.

Espectro político-partidário

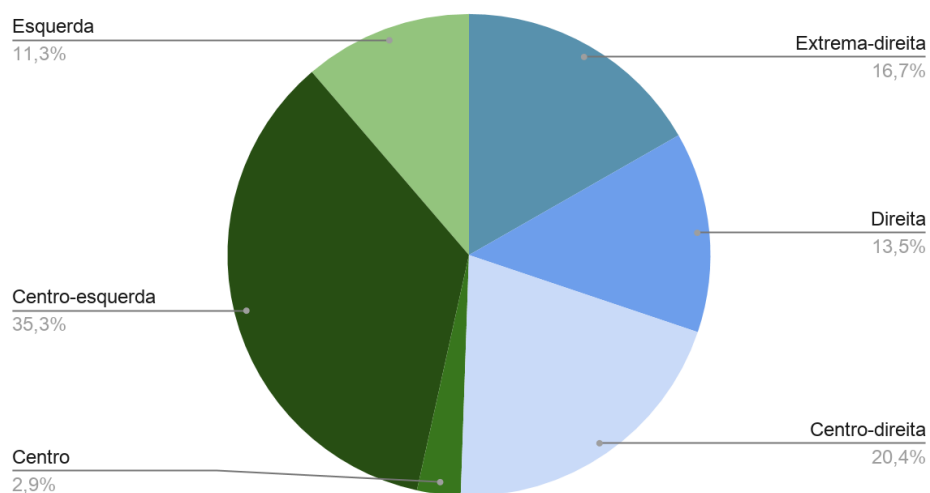


FIGURA 1: Gráfico de distribuição do uso do termo fake news ou desinformação por espectro político-partidário.

FONTE: autoria própria.

Analisamos também os conteúdos coletados que foram categorizados da seguinte forma: terminologia utilizada (Fake News ou desinformação); fontes acionadas, formatos de publicação e construções retóricas.

Terminologia: Nesta primeira classificação, buscamos identificar o uso dos termos fake news ou desinformação utilizado pelos atores na coleta.

TABELA 1

Menção por espectro político sobre os termos desinformação e fake news.

Espectro político	Fake News	Desinformação	Fake News e Desinformação
Extrema-direita	32	12	2
Direita	21	16	0
Centro-direita	28	28	0
Centro	4	4	0
Centro-esquerda	49	47	1
Esquerda	10	21	0

Fonte: autoria própria.

Em relação aos formatos, utilizamos a categoria nativa do CrowdTangle: Link, Live Videos, Native Videos (Vídeos nativos), Photos (imagens), Status. Percebe-se que há uma ampla utilização de formatos variados sobretudo pela direita, centro-direita e centro-esquerda⁷.

⁷ Em pesquisas futuras, iremos realizar Análise de Conteúdo destes materiais.

Imagem

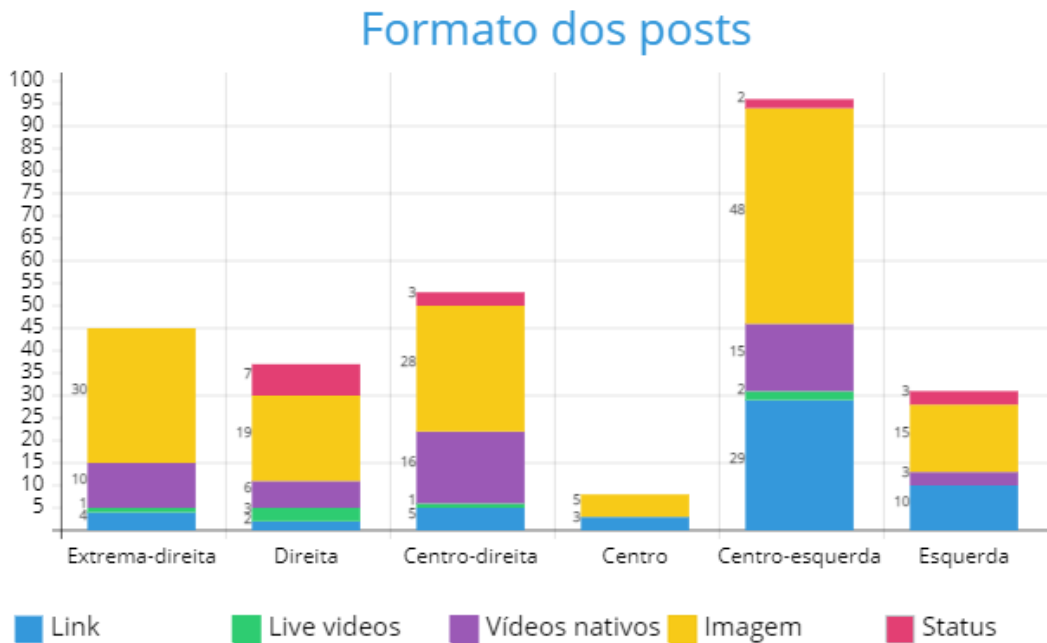


FIGURA 2: Formatos utilizados nos posts.

FONTE: autoria própria.

Em relação às fontes acionadas, observamos a predominância evidente de nenhuma fonte de referência, eventualmente utilizando imagem sem hiperlink. Entre as fontes principais acionadas observamos a consolidação de um ecossistema próprio de uma mídia segmentada ideologicamente como alternativa à mídia tradicional. Observamos também uma diversificação maior entre os atores filiados a partidos de esquerda.

TABELA 2

Fontes acionadas por espectro político

Espectro político	Fontes
Extrema-direita	Conexão Política (2) MBL Folha de São Paulo
Direita	Boletim Copolla MBL

Centro-direita	Jornal da Cidade Online Site próprio (Deputado) G1 UOL Notícias Estadão
Centro	Estadão
Centro-esquerda	Canal da resistência Site próprio (Deputado) Agência Brasil Poder 360 Yahoo Notícias CBN G1 Hugo Gloss Isto é R7 Uol Notícias O dia O Globo PT (site) PT na câmara Revista Fórum BBC Brasil 247 Correio Braziliense Folha de São Paulo
Esquerda	Prefeitura Covid por CEP Blog da Cidadania UOL O Dia Piauí Revista Fórum Valor Globo Veja

FONTE: autoria própria.

Para a análise de construção retórica, categorizamos como os atores constroem suas narrativas e principais argumentos.

Extrema-direita:

- Ataque epistêmico (n=15): ataque à mídia e à ciência. São posts que alegam que a mídia publica fake news contra Jair Bolsonaro. Acusam a ciência e a Organização Mundial de Saúde de não saber as informações corretamente e

politizar o debate. Acusam emissores de TV, predominantemente a Globo, e jornalistas - no caso, Maria Júlia Coutinho - de causarem pânico na população e deturparem dados.

- Ataque à oposição política (n=07): ataques a opositores políticos, sobretudo, PT e Lula. Acusam a oposição de cercear a liberdade e que os partidos de extrema-direita prezam por esse valor. Dentre as acusações, argumentam que a esquerda produz fake news e se beneficia com a corrupção e a falta de controle sobre os dados.
- Transparência de dados (n=07): Argumentam que os dados têm sido alterados para aumentar o número de infectados e o número de mortos para impôr um medo generalizado na população. Reforçam sobre a importância de consultar fontes oficiais, como o Portal da Transparência do Registro Civil, para saber “a verdade” (sic.). Acusam políticos e a mídia de apresentar os dados de “maneira distorcida” (sic.) para inflacionar estatísticas.
- Ataques institucionais (n=03): São ataques direcionados sobretudo às instituições do poder judiciário, trazendo falas presidenciais sobre o inquérito das Fake News e a acusação de aparelhamento do Ministério Público sobre o Supremo Tribunal Federal.
- Regulação (n=03): Defendem a importância de projetos de leis que caminhem para a regulação das mídias contra as fake news e elencam medidas feitas pelas plataformas digitais no combate à desinformação.
- Vitimização e defesa do governo (n=02): apontam que o atual governo, de Jair Bolsonaro, está sendo vítima de ataques da mídia para desestabilizá-lo e ressaltam a importância de aliados saírem em defesa do governo.
- Ataques ideológicos (n=02): Com a recorrência de chamar de vírus chinês, acusam a China de terem produzido intencionalmente o COVID para uma dominação comunista global. Atacam também políticos “politicamente corretos” (sic.) que, em seus argumentos, ao defenderem medidas de isolamento, contribuiram para o aumento de mortes no país.

- Agentes de fiscalização (n=02): Sob um argumento de que se compreendem como agentes de fiscalização, políticos registram tentativas de entrada em hospitais para fiscalizar se há realmente leitos ocupados.

Direita:

- Legitimação (n=10): apresentando-se pela autoridade de seus títulos científicos, os atores buscam construir seu argumento pela autoridade científica, promovendo propaganda de seus governos e afirmando prezar-se pela transparência dos seus atos através de números oficiais de seus municípios/estados. Com pouca recorrência, se colocam como vítimas de ataques de fake news produzidos pela oposição.
- Ataques epistêmicos (n=08): ataque à mídia e à ciência. São posts que alegam que a Rede Globo, especificamente, é uma das grandes produtoras de fake news, que distorce fatos, fomenta o caos e o pânico, promove desinformação e desestabiliza o país para promover seus próprios interesses. Apontam controvérsias científicas e acusam representantes de universidades e cientistas de recomendarem medidas de prevenção enganosas, como o lockdown, causando medo na população e provocando mais mortes.
- Ataques políticos (n=03): Acusam a esquerda, especificamente o PT, de “brifar” (sic.) a pandemia para gerar caos, confusão e desinformação.
- Transparência (n=07): Trazem dados de governos municipais e estaduais e medidas de enfrentamento à pandemia, desenvolvendo aplicativos e sistemas de transparência para a população, com notas de esclarecimento sobre informações falsas que circulam na internet.
- Ataques ideológicos (n=03): acusam de movimentos antifascistas de defenderem corrupção, mortes suspeitas, extrema imprensa potencializando o pânico generalizado, e de governadores de oposição a Bolsonaro desviando verbas federais, sem mencionar um partido específico. Acusam a China de terem produzido o vírus proposital e intencionalmente.

- Apelo à conscientização (n=01): busca promover conscientização e reflexão da população sobre a conjuntura política e crise sanitária como uma responsabilidade cidadã (n=01);
- Busca pela intencionalidade e punição (n=01): Apelo para buscar quem promove fake news, trazendo a identificação sobre a intencionalidade do sujeito para o centro do debate a fim de combater a desinformação.

Centro-direita:

- Transparência, accountability e propaganda (n=20): Utilizam os seus perfis para prestar contas à sociedade sobre suas medidas, seus posicionamentos, seus gastos e os indicadores de infecção, leitos e mortes por covid em seus municípios. Argumentam frequentemente que a transparência é o compromisso político para manter a população bem informada e utilizam como forma de propaganda política e prestação de contas.
- Regulamentação e punição (n=09): Defendem a urgência de maior debate para a regulação a fim de evitar a propagação da desinformação. Se dividem em relação aos posicionamentos sobre o projeto de lei das fake news, esclarecendo porque são contra ou a favor. Argumentam, de um lado, que a punição é uma vitória para coibir este tipo de prática. Por outro lado, também ponderam que a regulação pode ferir aos direitos e à liberdade do cidadão, requerendo maior debate. Se posicionam sobretudo em relação aos ataques à sociedades médicas e científicas durante a pandemia.
- Responsabilização individual e apelo à conscientização (n=08): Promove uma retórica responsabilizando o sujeito que compartilha fake news, buscando conscientizá-lo sobre a importância de se avaliar o conteúdo antes de disseminar em seu círculos sociais.
- Apelo à credibilidade científica (n=07): Defendem a ciência enquanto parte de um regime democrático e apontam para a importância de orientar à população para seguir protocolos e recomendações de instituições científicas e de saúde. Trazem matérias de jornalismo com artigos de opinião sobre

desinformação e divulgam pesquisas científicas. Em um dos posts, defendem a autoridade médica para a recomendação do melhor tratamento, no caso, a Hidroxicloroquina.

- Ataque político (n=07): Acusam a oposição de utilizar robôs e ataques digitais em massa para deslegitimar seus mandatos, eventualmente colocando-se como vítimas da desinformação e de fake news. Em sua maioria, não atribuem a autoria desses ataques, não ocupando, portanto, um tom de denúncia e sim de especulação. O único endereçamento ao governo federal ocorreu devido ao fato do atual governo não ter aderido à iniciativa de países para coibir a divulgação de fake news sobre a COVID-19, adotando o tom de fiscalização e busca por regulação.
- Fiscalização (n=02): Sob um argumento de que se compreendem como agentes de fiscalização, políticos registram e promovem suas tentativas de fiscalização de obras, distribuição de cestas e medicamentos, pressionam e cobram do governo federal medidas para enfrentar a desinformação.

Centro:

- Ataques ao Governo (n=04): Acusam o governo federal de negligenciar medidas sanitárias para conter o avanço da pandemia e promover medidas que vão de encontro às evidências científicas, por desprezar a ciência e as diretrizes da OMS, e promover e estimular o uso de medicações de comprovada ineficácia contra a Covid-19. Denunciam também a retirada de verba para políticas de transferência de renda para investimento em Comunicação Institucional e propaganda do governo.
- Transparência (n=02): Trazem dados de governos municipais e estaduais e medidas de enfrentamento à pandemia, desenvolvendo aplicativos e sistemas de transparência para a população, com notas de esclarecimento sobre informações falsas que circulam na internet. Em uma das menções à transparência, justifica tal publicização dos dados de transparência por sugerir

que está sendo vítima de fake news e está é uma forma de trazer a verdade para a população.

- Punição (n=01): Apelo para buscar quem promove fake news, trazendo a identificação sobre a intencionalidade do sujeito para o centro do debate a fim de combater a desinformação.
- Responsabilização individual e apelo à conscientização (n=01): Promove uma retórica responsabilizando o sujeito que compartilha fake news, buscando conscientizá-lo sobre a importância de se avaliar o conteúdo antes de disseminar em seu círculos sociais.
- Defesa da democracia (n=01): Manifesto em defesa da democracia no qual assinam 160 lideranças latino americanas. Defendem que é necessário melhorar a qualidade da formação cidadã, tanto na recepção quanto na divulgação de mensagens para evitar a proliferação de fake news. Defendem também a garantia da transparência de dados governamentais para que não seja utilizado pelos governos como um instrumento de controle e autoritarismo.

Centro-esquerda:

- Denúncias à base governista com refutações (n=37): Trazem denúncias ao governo federal e seus aliados, desmentindo informações proclamadas pelos políticos e trazendo reflexões e dados que possam fundamentar seus argumentos. Frequentemente acusam Bolsonaro e seus aliados de negarem à ciência, de ocultarem dados e promoverem medidas autoritárias.
- Ataque ao governo (n=18): Acusam o governo federal e de seus aliados de promoverem fake news ou desinformação, sem contudo trazer evidências e dados que fundamentam ou reforcem seus argumentos.
- Ataque político (n=07): Trazem como argumento central o ataque a políticos de oposição, sobretudo municipais e estaduais, sem trazer dados e evidências de suas afirmações.

- Accountability, Transparência, prestação de contas e propaganda (n=9): Trazem dados de governos municipais e estaduais e medidas de enfrentamento à pandemia, com notas de esclarecimento sobre informações falsas que circulam na internet.
- Apelo à credibilidade e autoridade científica (n=8): Defendem a ciência enquanto parte de um regime democrático e apontam para a importância de orientar à população para seguir protocolos e recomendações de instituições científicas e de saúde. Trazem matérias de jornalismo investigativo e divulgam pesquisas científicas.
- Denúncias (n=4): Denúncias sociais, sem necessariamente promover uma acusação de um responsável, trazendo informações gerais e dados específicos das informações fornecidas.
- Defesa pelas instituições de justiça e segurança pública (n=4): São posts que prezam por seguir procedimentos institucionais mediante a uma informação falsa, informando ao seu público as medidas executadas por esses atores para garantir que os sujeitos que produziram informações falsas e difamações sejam investigados pelas instâncias cabíveis (acionam as seguintes instituições como responsáveis pela investigação e busca por autores de fake news: Supremo Tribunal Federal, Tribunal de Justiça, Polícia Federal, Ministério Público e Polícia Civil).
- Conscientização e reflexão (n=2): Trazem uma retórica voltada para a reflexão sobre o contexto político e sanitário atual e para uma conscientização sobre medidas possíveis para evitar a proliferação de notícias falsas nos ambientes digitais.
- Correção de fatos (n=2): Corrigem os fatos com evidências, sem trazer reflexões ou opiniões próprias sobre o assunto em questão.
- Regulação (n=2): Defendem a urgência de maior debate para a regulação, apresentando projetos de evitar monetização em sites que promovem informações falsas e que estabelecem regras claras para esse ambiente digital.

Esquerda:

- Denúncias à base governista com refutações (n=6): Trazem denúncias ao governo federal e seus aliados, desmentindo informações proclamadas pelos políticos e trazendo reflexões e dados que possam fundamentar seus argumentos. Frequentemente acusam Bolsonaro e seus aliados de negarem à ciência, de ocultarem dados e promoverem medidas autoritárias.
- Accountability, prestação de contas e propaganda (n=5): Trazem dados de governos municipais e estaduais e medidas de enfrentamento à pandemia, com notas de esclarecimento sobre informações falsas que circulam na internet.
- Denúncias (n=5): Denúncias sociais, sem necessariamente promover uma acusação de um responsável, trazendo informações gerais e dados específicos das informações fornecidas.
- Ataque ao governo (n=4): Acusam o governo federal e de seus aliados de promoverem fake news ou desinformação, sem contudo trazer evidências e dados que fundamentam ou reforcem seus argumentos.
- Ataque político (n=3): Trazem como argumento central o ataque a políticos de oposição, sobretudo municipais e estaduais, sem trazer dados e evidências de suas afirmações.
- Defesa pelas instituições de justiça e segurança pública (n=3): São posts que prezam por seguir procedimentos institucionais mediante a uma informação falsa, informando ao seu público as medidas executadas por esses atores para garantir que os sujeitos que produziram informações falsas e difamações sejam investigados pelas instâncias cabíveis (acionam instituições como responsáveis pela investigação e busca por autores de fake news como o Supremo Tribunal Federal. Defendem a importância de ações populares para enfrentamento à desinformação e apontam os crimes de responsabilidade feitos pelo governo, atentando contra à Constituição Federal).

- Conscientização e reflexão (n=1): Traz uma retórica voltada para a reflexão sobre o contexto político e sanitário atual e para uma conscientização sobre medidas possíveis para evitar a proliferação de notícias falsas nos ambientes digitais.
- Apelo à credibilidade científica (n=1): Traz matéria de divulgação de pesquisa científica para apresentar ao cidadão evidências e resultados de investigações científicas nacionais e internacionais para o enfrentamento à pandemia.

5. Discussão e considerações finais

A desinformação é ainda um conceito em disputa. Utilizado frequentemente como estratégia retórica para deslegitimar a oposição no campo político, tem sido disputado na esfera pública. Apesar de muitas críticas de organizações civis e pesquisadores do campo da comunicação, do direito e de políticas públicas, o Senado aprovou a proposta que envolve uma série de questões complexas e caras à sociedade, como privacidade, aspectos econômicos e suas relações com as plataformas digitais, além de responsabilização dos usuários e das companhias tecnológicas e liberdade na circulação de conteúdos nas mídias sociais. Em agosto de 2020, pequenos ciclos junto à sociedade civil foram organizados. Uma nova versão foi apresentada pelo deputado federal Orlando Silva (PC do B-SP), coordenador do grupo de trabalho na Câmara, e mudava pontos como rastreabilidade, penas, transparência e participação das ferramentas de busca na Lei⁸. O novo projeto prevê sanções mais rígidas, que pretende punir com um a cinco anos de prisão quem "promover, constituir, financiar, ou integrar (...) ação coordenada, mediante uso de robôs e outros meios (...) para disparo em massa de mensagens que veiculem conteúdo passível de sanção criminal ou fatos sabidamente inverídicos". Atualmente, o deputado Paulo Ganime (Novo-RJ) será o relator do Projeto de Lei 2.630/2020 (PL das Fake News) na Comissão de Ciência e

8

<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/09/22/novo-pl-de-fake-news-tira-rastreabilidade-e-preve-prisao-veja-6-mudancas.htm>

Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI). Além da comissão de Ciência e Tecnologia, a proposta tramitará pelas comissões de Finanças e Tributação, Constituição e Justiça e de Cidadania⁹. O que se delinea no horizonte das discussões sobre regulação caminha para penas mais duras ‘para quem promove conteúdo inverídico’ e autorregulação e responsabilização corporativa mais leves - o que coloca estudiosos do campo da comunicação em sinal de alerta para possíveis perseguições em busca da intencionalidade dos sujeitos em cometer crimes digitais e uma subversão corporativa e política do próprio sentido de transparência como estratégia retórica de auto-promoção como forma de prestação de contas à sociedade.

Enquanto aguarda os desdobramentos do projeto de regulação sobre os conteúdos promovidos na internet, o próprio sentido sobre o que é desinformação também vai sendo disputado na esfera pública digital. Podemos observar que três são os principais sentidos atribuídos à desinformação que atravessam todos os espectros políticos: 1) ataques à opositores políticos; 2) Apelo à regulação e 3) Transparência e accountability.

É recorrente, na amostra em questão, a utilização do termo desinformação ou fake news para acusar seus opositores no campo político de estarem cometendo crimes de difamação ou de estarem propagando informações inverídicas. Constantemente associados ao papel de vítima da desinformação produzida pelos seus opositores, o discurso se desdobra, de um lado, na busca por identificar e punir os responsáveis por propagar as informações caluniosas. Em sua maioria, nomeiam seus opositores e os acusa de propagarem desinformação. Já na extrema direita e na direita, esses ataques não são restritos apenas à esfera política. É também epistêmica. Ou seja, acusam a mídia e a ciência - atores considerados parte das comunidades epistêmicas cuja função social é de produzir ou disseminar conhecimento e informação para tomada para auxiliar tomada de decisão em políticas públicas - também de serem opositores políticos, principalmente a mídia, o

9

<https://teletime.com.br/19/04/2021/deputado-paulo-ganime-assume-relatoria-do-pl-das-fake-news-na-cctci-da-camara/>

que não ocorre nos outros espectros políticos. Esta contestação epistêmica, que entra em embate com instituições responsáveis por produzir conhecimento, é um conduta que se manifesta também em ataques ideológicos e teorias da conspiração, com recorrências de menções ao “vírus chinês” e ao avanço do comunismo global. Já no espectro à esquerda, estes ataques políticos ganham contornos de denúncias quando trazidos com refutações, dados e evidências que confirmam suas afirmações. Por sua vez, observamos que o apelo à credibilidade epistêmica, sobretudo científica, é algo recorrente entre os políticos do centro-direita, trazendo matérias e falas de cientistas e jornalistas para validar seus argumentos. Já à direita, esse apelo à credibilidade se manifesta pelo valor de autoridade com certa frequência. Apela para seus títulos e suas autoridades médicas e científicas como forma de se legitimar enquanto autoridade em determinado assunto relacionado à ciência e à saúde.

Exceto na esquerda, há uma recorrência discursiva favorável à regulamentação e criação de mecanismos para mitigar os efeitos da desinformação, evitar sua proliferação e punir os responsáveis. Enquanto o centro-direita se divide em relação ao debate trazendo discussões sobre liberdade de expressão e cerceamento do cidadão, parece haver um consenso à direita de que penas mais duras sejam o caminho para combater fake news e desinformação. Por sua vez, entre o centro e à esquerda, parece haver uma mobilização discursiva sobre responsabilização tanto dos indivíduos, através de apelos à conscientização e incentivos à busca de fontes e informações precisas, quanto das próprias plataformas digitais, propondo medidas de autorregulação e debate público com organizações civis. Tal regulação, quando mencionado à esquerda, busca frisar o papel das instituições de justiça e segurança pública como garantidoras do exercício de investigação a quem promove desinformação e produz fake news. Acionam instituições, cujo papel é garantir os preceitos constitucionais, de aplicar a lei e de distribuir justiça.

O papel do político enquanto agente fiscalizador é mencionado com frequência entre políticos da extrema-direita, como uma das funções e tarefas

atribuídas ao ato de legislar e de exercer o controle externo do Poder Executivo. Já entre o espectro do centro à esquerda, o papel do político é também o de manter a população bem informada, prestando contas de seus atos para a população através dos perfis de redes sociais digitais. A recorrência da palavra transparência e dever aparece com frequência entre políticos deste espectro que propagam seus feitos, atos e obras e avanços em seus mandatos. No entanto, também se trata de uma palavra vazia de sentido que tem sido preenchida com narrativas convenientes a cada espectro. Na extrema-direita, ao contrário do caráter de prestação de contas e propaganda política, a transparência aparece como um valor necessário e urgente, diante de uma conjuntura no qual os que são considerados opositores políticos inflam os dados para amedrontar a população, segundo os textos coletados em nossa amostra. Já no centro-direita, a construção retórica ganha um caráter mais popular, defendendo o direito do cidadão em ser informado e que negar-lhe este direito é uma forma de desinformar. Já na esquerda, denúncias de que os dados oficiais do governo federal e dos ministérios da saúde também são feitas, precisando de mais estudos sobre a circulação de sentidos sobre a transparência mobilizados como estratégia retórica e narrativa na esfera pública, tal como empreendido por Antônio Teixeira de Barros (2015).

Em meio a disputas de narrativas no cenário político, vemos que o sentido de desinformação vai sendo construído a partir de valores que se delineiam dentro do campo ideológico de diferentes espectros políticos e que são demarcados mais por suas diferenças do que por suas aproximações. Enquanto que na direita e extrema-direita o sentido de desinformação tem sido utilizado como uma estratégia retórica para constatação epistêmica e posturas fiscalizadoras sobre o governo agravando uma crise institucional pela qual o país atravessa, o espectro ao centro recorre à autoridade e credibilidade como valores fundamentais para a sociedade democrática e a informação como um direito cidadão. Por sua vez, os espectros à esquerda prezam por um fortalecimento institucional e recuperar o papel que tem sido cada vez mais contestado sobre instituições de justiça e segurança do país. E

em meio a esta disputa de sentidos, a desinformação vai ganhando a sua forma e mostrando a sua cara, tal como lhe convém.

6. Referências

- AHMED, Wasim; VIDAL-ALABALL, Josep; DOWNING, Joseph; SEGUI, Francesc López. 2020. COVID-19 and the 5G Conspiracy Theory: Social Network Analysis of Twitter Data. *Journal of Medical Internet Research*. **Vol. 22**. Iss.5. p.1
- ARAUJO, Ronaldo Ferreira; DE OLIVEIRA, Thiane Moreira. Desinformação e mensagens sobre a hidroxiclороquina no Twitter: da pressão política à disputa científica. **AtoZ: novas práticas em informação e conhecimento**, v. 9, n. 2, p. 196-205, 2020.
- BAUER, Talya N. et al. Newcomer adjustment during organizational socialization: A meta-analytic review of antecedents, outcomes, and methods. **Journal of applied psychology**, v. 92, n. 3, p. 707, 2007.
- BARKUN, Michael. 2003. *A culture of conspiracy: apocalyptic visions in contemporary America*. Berkley: University of California Press.
- BARROS, Antonio Teixeira De. O projeto de transparência do Senado Federal: entre a accountability e a propaganda política. **Sociologias**, v. 17, n. 39, p. 338-368, 2015.
- BENNETT, W. Lance; LIVINGSTON, Steven. The disinformation order: Disruptive communication and the decline of democratic institutions. **European Journal of communication**, v. 33, n. 2, p. 122-139, 2018.
- BERGMANN, Erikur. **Conspiracy & Populism: The Politics of Misinformation**. Palgrave Macmillan. ISBN 978-3-319-90359-0. 2018
- BERGER, Peter Ludwig et al. **The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge**. Anchor, 1966.
- BOURDIEU, Pierre. Theory of symbolic power. **Culture/power/history: A reader in contemporary social theory**, v. 155, 1994.
- DOTY, Roxanne Lynn. Foreign policy as social construction: A post-positivist analysis of US counterinsurgency policy in the Philippines. **International studies quarterly**, v. 37, n. 3, p. 297-320, 1993.
- FALLIS, Don. The concept of disinformation. In: **Encyclopedia of Information Science and Technology, Third Edition**. IGI Global, 2015. p. 4720-4727.
- GEERTZ, Clifford et al. Thick description: Toward an interpretive theory of culture. **Turning points in qualitative research: Tying knots in a handkerchief**, v. 3, p. 143-168, 1973.
- GOSTIN, Lawrence O.; LUCEY, Daniel; PHELAN, Alexandra. The Ebola epidemic: a global health emergency. **Jama**, v. 312, n. 11, p. 1095-1096, 2014.
- HOPF, Ted. Discourse and content analysis: Some fundamental incompatibilities. **Qualitative methods**, v. 2, n. 1, p. 31-33, 2004.
- HUCKIN, Thomas; ANDRUS, Jennifer; CLARY-LEMON, Jennifer. Critical discourse analysis and rhetoric and composition. **College Composition and Communication**, p. 107-129, 2012.
- KANT DE LIMA, Roberto. Da inquirição ao júri, do trial by jury à plea bargaining: modelos para a produção da verdade e a negociação da culpa em uma perspectiva

- comparada Brasil/Estados Unidos. **Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1995.**
- KRIPPENDORFF, Klaus. Measuring the reliability of qualitative text analysis data. **Quality and quantity**, v. 38, p. 787-800, 2004.
- MARANHÃO, Eduardo M. Albuquerque; COELHO, Fernanda Martha; DIAS, Tainah Biela. “Fake news acima de tudo, fake news acima de todos”: Bolsonaro e o “kit gay”, “ideologia de gênero” e fim da “família tradicional”. *Revista Eletrônica Correlatio* v. 17, n. 2 - Dezembro de 2018.
- MILLER, Joanne M. 2020. Do COVID-19 Conspiracy Theory Beliefs Form a Monological Belief System? *Canadian Journal of Political Science*. **Vol. 53**. Pp: 319-326
- MUIRHEAD, Russell; ROSENBLUM, Nancy L. 2019. A Lot of People Are Saying: The New Conspiracism and the Assault on Democracy. *Priceton University Press*
- NEUENDORF, Kimberly A.; KUMAR, Anup. Content analysis. **The international encyclopedia of political communication**, p. 1-10, 2015.
- POWER, Timothy J.; ZUCCO JR, Cesar. Estimating ideology of Brazilian legislative parties, 1990-2005: a research communication. **Latin American Research Review**, p. 218-246, 2009.
- RICOEUR, Paul. O modelo do texto: Ação significativa considerada como um texto. **Pesquisa Social**, p. 185-218, 1984.
- RICHARDS, Neil; HARTZOG, Woodrow. The pathologies of digital consent. **Wash. UL Rev.**, v. 96, p. 1461, 2018.
- RIETJENS, Sebastiaan. Unraveling disinformation: the case of Malaysia Airlines Flight MH17. **The International Journal of Intelligence, Security, and Public Affairs**, v. 21, n. 3, p. 195-218, 2019.
- SAMPAIO, Rafael Cardoso et al. Uma técnica parada no tempo? Mapeamento da produção científica baseada em análise de conteúdo na SciELO Brasil (2002-19).
- SCHILD, Leonard; LING, Chen; BLACKBURN, Jeremy; STRINGHINI, Gianluca; ZHANG, Yang; ZANNETTOU, Savvas. 2020. Go eat a bat, Chang!: An Early Look on Emergence of Sinophobic Behavior on Web Communities in the Face of Covid-19. *Arxiv*.
- STEPHENS, Monica. 2020. A Geospatial infodemic: Mapping Twitter conspiracy theories of COVID-19. *Dialogues in Human Geography*. **Vol: 10(2)**. Pp. 276-281
- OLIVEIRA, Thaiane. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 21-35, 2020.
- OLIVEIRA, Thaiane Moreira et al. Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. **Liinc em Revista**, v. 16, n. 2, p. e5374-e5374, 2020.
- WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe report, v. 27, p. 1-107, 2017.